

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E INFERÊNCIAS EM TORNO DO ARTIGO DO PROFESSOR DENIS GOULET ACERCA DO TEMA "ÉTICA DO DESENVOLVIMENTO", COMO UMA NOVA DISCIPLINA FILOSÓFICA.

George Browne Rêgo*

O artigo do Professor Denis Goulet, da Universidade de Notre Dame, U.S.A. — que constitui o marco referencial básico deste trabalho — preocupa-se com um tema inquestionavelmente crucial para o ser humano que é o da dimensão ética do desenvolvimento econômico-social. A questão fundamental e decisiva que de imediato se coloca é: como orientar e direcionar tais planos de desenvolvimento, de sorte a garantir a sobrevivência e assegurar o atendimento básico das necessidades fundamentais, não desta ou daquela sociedade em particular, mas da população mundial como um todo? O problema cresce em complexidade em face do vertiginoso progresso das ciências e da técnica, respaldado no aparato político que lhe dá sustentação, cujas aplicações e transferências vêm se constituindo *conditio sine qua* à implementação dos projetos de "desenvolvimento econômico", ambos numa ligação tão íntima e interdependente que, dessa mediação, resulta uma nítida simbiose, na qual a política se cientificiza através da racionalidade instrumental, enquanto a ciência, transforma-se em objeto de politização. Na medida em que esta estreita relação se processa, a atividade científica começa a ser desenvolvida dentro de um universo de decisões políticas, ao mesmo tempo em que retroalimenta estas mesmas decisões. E o fato é que a experiência tem demonstrado como o produto desta síntese não tem

* George Browne Rêgo é Coordenador do Mestrado em Filosofia da UFPE.

necessariamente conduzido a resultados qualitativamente válidos e coerentes para a existência humana.

O conceito de desenvolvimento, visto sob esse ângulo, gera implicações em dois níveis, nos quais se concentram basicamente as preocupações dos filósofos, cientistas sociais e cientistas políticos, seriamente comprometidos com concepções mais globalizantes e menos cientificizantes da vida social: a questão da preservação da natureza e o respeito pelas especificidades culturais, levando-se em conta o progresso moral dos grupos societários.

O Professor Denis considera que alguns passos significativos recentemente vêm sendo dados no sentido de desenvolver atividades acadêmicas e profissionais mais sistemáticas, em torno do referido tema e que se torna imperativo que os intelectuais e os técnicos cheguem a um consenso sobre a importância de, a partir do arsenal teórico-prático acumulado, instituir uma ampla e rica área do conhecimento humano, de natureza interdisciplinar, que constituiria uma autêntica ética do desenvolvimento.

Este trabalho apresenta inicialmente um sumário das idéias desenvolvidas no artigo do Professor Denis Goulet para, em sucessivo, ampliar o debate em torno de algumas referências teóricas e metodológicas ali enunciadas, as quais, embora apresentadas de modo coerente com a extensão e os propósitos do texto do Professor Denis, constituem aspectos estimulantes para ulteriores conjecturas e análises. Pretende-se, por fim — considerando o papel relevante atribuído ao acadêmico e ao técnico na formulação de uma nova concepção de política do desenvolvimento — extrair da temática algumas reflexões acerca da posição e das funções reservadas à intelectualidade no bojo da sociedade capitalista, e como tais atribuições foram se modificando, na medida mesma dos novos ajustes e adaptações que o sistema requeria para manter a sua hegemonia e assegurar historicamente o seu progresso. Uma análise do papel dos intelectuais torna-se pertinente, para que se possa melhor aferir o

grau e a importância da sua contribuição, face às próprias contradições que marcam o seu lugar e o seu papel na sociedade, uma vez que, se são eles que elaboram as teorias usadas pelos políticos e que por isso mesmo têm sido, não raro, postos a serviço da burocracia do Estado, são eles também que desempenham um papel relevante tanto na "gerência das incertezas" quanto na crítica ao "status quo", dado que o sistema político não pode assegurar-lhe integral cooptação nem irrestrita fidelidade.¹

O primeiro aspecto do trabalho do Professor Denis a suscitar uma atenta consideração é o que concerne à própria noção de desenvolvimento. Não há dúvidas de que, pelas implicações e conseqüências que é capaz de produzir para o homem enquanto indivíduo e ser social, sua utilização requer, aprioristicamente, uma compreensão coerente do seu próprio significado, ou seja, que se possa apreender e adequar o seu sentido aos exatos propósitos que se pretende colimar. Ora, a primeira grande dificuldade é que desenvolvimento é um termo que pode assumir diferentes e mesmo opostos sentidos, do ponto de vista semântico e quando usado num determinado sentido pode ocorrer que os efeitos da sua aplicação sejam reversos aos pretendidos. As proposições "o desenvolvimento de novas técnicas de tratamento, longe de minimizar os efeitos da doença, agravaram-lhe o estado de saúde" ou "o desenvolvimento da cura ocorreu numa celeridade espantosa" constituem amostras do caráter semanticamente ambíguo que pode estar imbricado na utilização do aludido conceito, cuja conotação varia da positividade à negatividade, dependendo do contexto em que esteja inserido. Assim, esse mesmo conceito, cuja extensão e aplicação permeia todas as áreas dos saberes e das atividades

¹ SKIDELSKY, Robert. *Os Intelectuais e a Política: O Exemplo de Keynes*. Revista de Direito Econômico, Ministério da Justiça, Ano VI, n. 13, Jan-Abril, 1980

humanas, na prática, particularmente quando aplicado a problemas econômico-sociais, faz, com certa freqüência, suceder à inversão do seu próprio sentido, contrastes e conflitos, do ponto de vista objetivo, cuja magnitude e complexidade são imprevisíveis. Mais específica e concretamente, um projeto de desenvolvimento sócio-econômico cujo propósito seja o de promover mudanças sociais num determinado país ou região — principalmente quando elaborado à margem de uma pauta que maximize os determinantes da cultura e dos valores enraizados na história e na psicologia dos aludidos grupos, ou que os leve em conta apenas superficialmente — pode simplesmente variar, desde a não-obtenção dos efeitos sociais, econômicos, políticos e psicológicos pretendidos, até, e o que é mais grave, passar a produzir conseqüências indesejáveis e mesmo perniciosas para os indivíduos e a sociedade aos quais dito planejamento fora destinado.

Os projetos de modernização que se difundem hoje em torno de um grande número de sociedades, por iniciativa dos próprios governos e/ou com a assistência de organismos internacionais, ratificam as previsões de alguns filósofos e cientistas sociais acerca dessas falácias, produto de intervenções nos diversos sistemas sociais de natureza puramente economicista e tecnocrática. Incidindo principalmente sobre os chamados países em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos, nem por isso os efeitos indesejados dessas políticas já se multiplicam e passam mesmo a se manifestar analogamente, como uma *Espada de Dâmocles*, a qual, como que munida de um efeito bumerangue provoca, inclusive, conseqüências nem sempre previstas e não raro indesejáveis para as nações d Primeiro Mundo. Tal propagação potencializa um sentimento de insegurança entre os indivíduos e os povos, acerca da própria sobrevivência da humanidade e do meio ambiente. Um sintoma evidente deste fato é o crescente alastramento da miséria (já agora, assinala-se, presente em índices inusitados mesmo nas grandes metrópoles, inclusive as do Primeiro Mundo) e,

sobretudo, a contínua e devastadora espoliação da própria natureza. Portanto, constitui-se um desafio urgente e intransferível encontrar uma linha de conciliação difícil que possa compatibilizar a utilização das técnicas resultantes do avanço do conhecimento científico — considerado pelos tecnocratas de uma certeza apodítica e de uma eficácia pretensamente universalizante — com um desenvolvimento moral correspondente que assegure, solidária e racionalmente, tanto uma preservação dos recursos naturais, indispensável à continuidade e ao equilíbrio das diferentes espécies do planeta, quanto à riqueza e à diversidade das dimensões humanística e ética que integram a pluralidade das culturas humanas.

O professor Denis procura, no seu artigo, exatamente recolher elementos para uma nova concepção de desenvolvimento, à luz de algumas formulações doutrinárias extraídas do campo da filosofia e das ciências sociais, com vistas a comprovar, não só a ineficácia mas, sobretudo, a dramaticidade e a virulência que o uso das referidas estratégias, tradicionalmente adotadas como panacéias manipuladas nos países desenvolvidos para impor mudanças ou acomodações, produziu nos países do Terceiro Mundo*. Ao chamar a atenção, enfaticamente, para o alargamento e o agravamento do já inexpugnável fosso que se interpõe entre a riqueza, a opulência, o desperdício de uns poucos privilegiados e a fome e a miséria de milhões de seres humanos, o autor deixa patente o seu propósito de, simultaneamente, desenvolver uma crítica à concepção

* Não entram aqui em linha de conta — acredito que também este seja o pensamento do autor — as motivações últimas que se inscrevem no âmago dessas ações: ideológicas, humanitárias, religiosas etc. O fato é que elas efetivamente existem e afetam numa considerável medida a vida e a cultura das comunidades. A forma como são concebidas e as suas estratégias de execução obedecem, de modo geral, aos ditames de uma burocracia racionalizada, no sentido weberiano do termo, e aos seus agentes. Portanto, comportam-se e atuam, na sua maioria, sob uma ótica tecnocrática e intervencionista, muito embora os discursos se mantenham num patamar ético-exortatório.

positivista e ao cientificismo em que se apóia e ao próprio sistema capitalista que dele se serve. Segundo ele, não se pode limitar o problema do desenvolvimento à utilização de métodos universais e analíticos que preconizam friamente a infusão de capitais financeiros e aparatos tecnológicos nos países carentes de tais recursos e, nem muito menos, à imposição cega de modelos e práticas políticas das nações industrializadas às culturas daqueles países. Não se trata, todavia, de uma crítica ao estilo rousseauriano, romanticamente apaixonada, que venha a representar uma ruptura com a ciência e a técnica, até porque estas já se configuram, no mundo contemporâneo, como uma realidade irreversível. A proposta do Professor Denis consiste em, superando o unilateralismo intransigente e evitando um ecletismo inconsistente, identificar em que medida os conflitos entre ciência e ética se processam, aonde estão as suas causas e como elaborar uma nova teoria do desenvolvimento da qual se possa derivar um plano de ação mais profundo e consistente que abrigue, na justa medida, a interação entre homem e natureza, ao mesmo tempo em que possa promover as mudanças sociais requeridas, sem perder de vista os interesses mais gerais da pessoa humana, relativos à dignidade do seu existir, quer material, quer espiritualmente.

Dentro desta lógica o autor do texto vê o problema do desenvolvimento sob dois ângulos: como um exame técnico do uso eficiente de recursos; sob este aspecto, desenvolvimento é objeto da economia e, nessas condições, representa uma engenharia não-valorativa que se serve simplesmente de um aparato lógico-teórico e de uma análise metodológica. Uma segunda dimensão do desenvolvimento que transcende a anterior, remonta ao bem do homem, que se consubstancia numa vida autenticamente feliz. Esta tônica na felicidade (eudemonia) como bem superior do homem, remonta, como se sabe, à tradição aristotélica. Aqui o desenvolvimento tem a ver com a problemática da eticidade.

Na medida em que, na visão do tecnocrata, o termo desenvolvimento encontra-se indissociavelmente ligado à industrialização, pois, para ele, o modelo de sociedade industrial representa um paradigma a ser rigorosamente obedecido por toda e qualquer proposta civilizacional, desagrega-se o postulado da diversidade cultural e instala-se um exclusivismo paradigmático. Esta visão monolítica do mundo, propaga-se rapidamente no interior da maioria das culturas, de sorte que, na esfera do senso comum as pessoas mais abastadas, de modo geral, são estimuladas e induzidas a se seduzirem por uma concepção de desenvolvimento que se cinge a valorizar quase que exclusivamente o acesso a melhores e mais diversificados bens. Como consequência instala-se um processo de alienação que elimina qualquer tipo de reflexão e de sensibilidade para milhões de pessoas que convivem com níveis de pobreza crônicos e que, provavelmente, ainda aspiram por conquistas mais modestas, como, por exemplo, ter garantido o indispensável de alimento, moradia, saúde educação e um pouco de lazer, enfim, o mínimo essencial a uma sobrevivência digna. Se é verdade que efetivamente ocorre, em sociedades mais simples, que certos indivíduos possam estar mais apegados aos valores da natureza e do seu próprio *environment*, e que o exercício da auto-confiança, da preservação de valores humanos e espirituais seja o que mais pese, também é bastante freqüente que nos países não-desenvolvidos, haja para uma grande maioria das classes mais privilegiadas, uma enorme insensibilidade e uma irrestrita falta de compromisso com os desprotegidos da sorte. Suas preocupações se concentram antes na fruição do luxo, na aquisição dos sofisticados aparatos científicos e tecnológicos oriundos dos mentores da modernidade e que comprometem ainda mais a debilitada economia dos seus países. O clima torna-se fértil à ilicitude, à corrupção e à impunidade. A legislação é inefetiva. *Status* e poder estão estratificados nas mãos de alguns, por força da sua origem familiar e das grandes fortunas que se aglutinam, formando grupos ideologicamente fechados onde as

mudanças obedecem simplesmente à lógica da circulação das elites.

O Professor Denis procura lançar luz sobre estas distorções, utilizando-se, dentre outras, das idéias de pensadores como Gandhi, Lebet, Gunnar Myrdal, Erich Fromm, as quais, respeitadas suas peculiaridades, guardam entre si alguns postulados consensuais.

Para Gandhi, tornava-se imperativo criar uma teoria do desenvolvimento baseada numa cooperação entre os agentes sociais, cujo postulado político básico seria a não-violência e como estratégia de ação desenvolvimentista uma economia descentralizada. Seu projeto de desenvolvimento compreende sinteticamente uma política de coordenação do sistema econômico que supõe três tipos básicos de planejamento: o das comunidades locais; um planejamento de mercado e de reinvestimentos, assentado numa estrutura cooperativa, e um planejamento centralizado de largas indústrias. Os três processos obedecendo a uma harmônica hierarquia e integrados num sistema global de planejamento.

Já para Lebet, os problemas gerados na esfera econômica são uma conseqüência de uma visão deformada do homem, sendo assim o subdesenvolvimento apenas um sintoma da própria crise dos valores humanos, donde se conclui que a sua solução não passa simplesmente pelos métodos de abordagem infra-estrutural dos problemas. Trata-se, isto sim, de encontrar soluções mais abrangentes que estejam enriquecidas pela ótica da solidariedade humana. "O problema da distribuição de bens é secundário quando comparado com os problemas de preparar os homens para recebê-lo." (...) "satisfazer a abundância de falsas necessidades às expensas de manter multidões na miséria, jamais corresponderá a um autêntico desenvolvimento. Antes, uma equilibrada hierarquia de necessidades deve ser estabelecida para cada sociedade. Essas necessidades devem ser harmonizadas com os valores culturais e espirituais da sociedade, com as exigências de solidariedade para com os outros, com demandas inteligentes

quanto ao uso dos recursos, com a aspiração de qualquer indivíduo ou grupo de ser tratado como seres humanos portadores de valores, tirante o quanto possam ser úteis aos interesses de outros".²

No caso de Myrdal, é pertinente salientar que, além de ter sido um planejador e um teórico da economia, ele foi, sobretudo, um sociólogo e um humanista e, desse modo, sofria, como bem caracteriza o Professor Denis, de certas ansiedades epistemológicas e axiológicas, o que conduzia o seu pensar a formulações que respeitassem as especificidades dos grupos sociais, ao significado e à funcionalidade de suas categorias lógicas e epistemológicas. O sociólogo judeu fora incisivo, por exemplo, ao declarar que, de conceitos como emprego e desemprego, poupança e consumo, renda e juros, os quais têm conotação própria nas sofisticadas sociedades economicamente desenvolvidas, não se pode necessariamente estabelecer relações de estrita similitude entre estes e aqueles prevalentes nas sociedades que se encontram em outros estágios de desenvolvimento ou que não pertencem ao sistema capitalista de produção. Logo — Myrdal conclui — querer interpretar países como os do Sudeste Asiático e, por extensão, sociedades e culturas não-alinhadas, ao nível ou à matriz capitalista, através das referidas categorias, ou, a partir delas, pretender implementar certos procedimentos econômicos ocidentais das chamadas nações capitalistas hegemônicas, com base nos mencionados paradigmas, é absolutamente irrealístico.

Com vistas a aprofundar os seus argumentos e dar-lhes um toque mais profundamente humanístico, Denis transcende a sua análise da esfera econômico-política para uma dimensão de natureza psicossocial. Para tanto, invoca o testemunho de Erich Fromm, o qual fundamentou suas

² Extraído do texto mimeografado "Development Ethics: A New Discipline". pp. 11-12 (tradução da minha responsabilidade).

explicações filosóficas acerca da natureza humana, sob um ângulo ético-desenvolvimentista, apoiando-se nos seus estudos psico-analíticos. Especificamente, Fromm tenta inferir dos dados coletados numa das suas pesquisas, duas categorias axiológicas fundamentais, segundo as quais as pessoas optam por nortear suas escolhas e, por conseguinte, sua forma de ver e agir na vida: o impulso de ter e a vontade de ser. Os subsídios dessa pesquisa encontram-se contidos no seu conhecido trabalho "To Have Or To Be?" Nele, Fromm é bastante explícito ao afirmar que as sociedades são mais humanas ou mais desenvolvidas, não quando os homens e as mulheres têm mais, mas quando eles são capazes de ser mais. Vale a pena ouvir as próprias palavras do aludido pensador alemão, que trazem à tona, a partir da sua experiência de pesquisador e com base na sua proficiência metodológico-filosófica, as ilações abrangentes e profundas a que chegou, acerca do papel das motivações e dos conflitos de valores que influenciam o indivíduo, não apenas isoladamente mas, principalmente, na condição de partícipe das sociedades humanas. Ouçamo-lo:

"Por muitos anos eu tenho estado profundamente impressionado por esta distinção (ter e ser) e estive pesquisando suas bases empíricas no estudo concreto de indivíduos e de grupos através do método psico-analítico. O que eu constatei levou-me a concluir que essa distinção, conjuntamente com aquela entre o amor pela vida e o amor pela morte, representa o mais crucial problema da existência; que os dados empíricos antropológicos e psico-analíticos tendem a demonstrar que ter e ser são fundamentais modos de experiência, as respectivas tensões que determinam as

diferenças entre o caráter dos indivíduos e os vários tipos de caráter social".¹⁷

Fromm entende que a vida cotidiana, o senso comum, tem, progressivamente, impulsionado os homens para o apelo à posse, à cumulatividade, imperativo da própria cultura da civilização industrial, de tal sorte que, sem ele, sem este valor, o homem deixa de ser, sentindo-se como um não-ser, o nada. Você não é ninguém porque não tem. Este é um dos postulados da atual sociedade capitalista. Entretanto, uma visão retrospectiva da história da humanidade deixa entrever que, alternativamente, certas concepções e testemunhos de vida, embora raros mas de impacto profundo e definitivo, não passaram, necessariamente, por esta ótica, mas colocaram-na, isto sim, numa perspectiva dependente e por vezes até impeditiva das autênticas virtudes humanas. Na verdade, o homem viveu sempre, ao longo do tempo, este dilema. Mas, principalmente hoje, face à modernidade e ao progresso da ciência e da tecnologia, ao universalismo dos meios de comunicação, aos efeitos da chamada indústria cultural, o problema assume, não apenas pela sua expansão mas, sobretudo, pelos efeitos já agora potencial e universalmente irragônicos dessa mesma propagação, proporções gravíssimas, de sorte que, o aludido conflito de valores entre o ser que se julga ser tendo e o ser que se julga ser sendo, entre o homem identidade e o homem emulação, parece constituir o maior desafio para o ser humano neste próximo século que se prenuncia.

A seguir, o Professor Denis procura formular uma proposta para uma nova disciplina, Ética do Desenvolvimento, apoiando-se historicamente na experiência e nas propostas de alguns dos seus precursores. Segundo ele, os subsídios constitutivos dessa nova disciplina emergiriam da conciliação de duas perspectivas básicas de tratamento do problema: a primeira consistindo na tentativa de formulá-la metodologicamente,

¹⁷ Ibid, p. 24.

através da possibilidade de integração do trabalho dos diversos planejadores e agentes de mudanças de diferentes sociedades, com vistas a desenvolver, a partir do confronto e mesmo do antagonismo das suas práticas, estratégias éticas para uma política do desenvolvimento. O método recomendado, neste caso, é o fenomenológico, ou seja, "a redução dos valores e contravalores usualmente implícitos sob forma latente nas políticas, programas e projetos propostos e desenvolvidos pelos agentes do desenvolvimento."⁴ A segunda, fundamenta-se numa crítica filosófica das teorias éticas convencionais, para, a partir da sua superação, estabelecer as bases de uma nova ética do desenvolvimento. Uma ética que reduza a distância entre o uso abusivo e expropriativo das riquezas com suas conseqüentes deformações, resultantes da forma como os seus mecanismos de produção têm sido gerenciados e os interesses fundamentais da pessoa humana. Ambos precisam tornar-se coerentes e se inter-complementarem, através de uma possível integração entre prática e teoria, mas não à teoria científica, pois, esta não responde ao cerne da problemática, à qual, em última análise, se situa no plano das tensões entre a realidade material e as dimensões espirituais, entre a determinação e a liberdade, entre os direitos fundamentais do indivíduo e a lógica fria de um social objetificado à moda durkheimiana.

Só a Filosofia e, dentro dela, a Ética, pode arriscar uma visão mais abrangente e enriquecedora deste dilema. Ela representaria o instrumental adequado, não para substituir mas para enriquecer o modelo de racionalidade que ainda hoje, majoritariamente, predomina, mesmo nas ciências sociais, a saber : o das ciências naturais. Este, conforme assinala Santos,⁵ embora admitindo internamente gradações e hierarquias, estabelece nítidos e indevassáveis limites entre o conhecimento

científico e suas antíteses, "perturbadoras e intrusas", representadas pelo senso comum e pelas humanidades. Assim, "as leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o como funciona das coisas em detrimento de qual o agente ou o fim das coisas." Esta visão hegemônica do saber positivisticamente científico passou, historicamente, a estabelecer parceria com a nova ciência econômica, forjada nas entranhas da era industrial, e o resultado desse conluio foi que : "As idéias da autonomia da ciência e do desinteresse do conhecimento científico, que durante muito tempo constituíram a ideologia espontânea dos cientistas, colapsaram perante o fenômeno global da industrialização da ciência a partir sobretudo das décadas de trinta e quarenta. Tanto nas sociedades capitalistas como nas sociedades socialistas de Estado do leste europeu, a industrialização da ciência acarretou o compromisso desta com os centros de poder econômico, social e político, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades políticas"⁶.

Para o Professor Denis as tentativas de sistematizar uma ética do desenvolvimento, consistiram, até bem pouco tempo, no trabalho isolado de alguns filósofos sociais, só começando a ganhar corpo e substância a partir do advento da IDEA (International Development Ethics Association) que reuniu, formalmente, em 1987, em S. José da Costa Rica, um grupo de trabalho composto por filósofos, cientistas sociais e técnicos em desenvolvimento. A partir de então, este grupo vem ampliando sua esfera de atuação, e se reunindo periodicamente nas Américas (Latina e do Norte) na Europa, na Ásia e na África, para tratar de temas como a Ética do Eco-Desenvolvimento, Cultura, Meio Ambiente e Dependência. Sua meta fundamental é estabelecer diagnósticos acerca dos problemas humanos vitais com que se defrontam as sociedades humanas, a orientação na escolha de políticas públicas e procurar lançar luz sobre os

⁴ "Development Ethics: A New Discipline", mimeogr. p. 18.

⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. Ed. Afrontamento, Coimbra, 1990.

⁶ Idem *ibidem*, p. 34

dilemas valorativos que circunscrevem esses problemas e as tentativas de solucioná-lo. IDEA, tornou-se então um núcleo de estudos interdisciplinares acerca dos pressupostos éticos do desenvolvimento. Desenvolvimento, nessa nova visão, não se restringe, portanto ao mero aumento da produtividade, mas à conciliação entre o aumento quantitativo dos bens e serviços e o enriquecimento qualitativo do ser humano. Esta natureza dual da idéia de desenvolvimento, que procura conciliar o conceito de vida feliz e digna com o processo de mudança social, passa primeiramente pelo conflito de valores que está no âmago dessa problemática, e se situa, fundamentalmente, em quatro esferas, a saber: a questão dos objetivos, envolvendo problemas acerca da finalidade do crescimento econômico, do atendimento das necessidades básicas à sobrevivência cultural, ao equilíbrio ecológico e à transferência de poder de uma classe para outra; as divergentes noções de poder compreendendo questões como a de legitimidade, a da autoridade e a da governabilidade; problemas relativos à compatibilização das necessidades e interesses entre os diversos sistemas políticos versando sobre: competição em torno de recursos e regras de acesso aos mesmos e, finalmente, a problemática dos conflitos entre as modernas formas de vida, suas racionalizações, a tecnologia, a organização social e os comportamentos decorrentes e os modos tradicionais de vida"⁷.

O Professor Denis chama, por fim, a atenção, dentre outros aspectos, para a necessidade de que se proceda a uma análise crítica acerca da finalidade da Economia, carro-chefe do problema do desenvolvimento, e da urgência de que os economistas procurem se tornar parceiros desta cruzada de solidariedade, desta filosofia da esperança, de um futuro no qual as regras da racionalidade instrumental sejam ajustadas aos requerimentos de uma vida mais digna para o ser humano, individual e socialmente. E, fazendo uma referência a Karl Marx quando este afirma que "até o presente nós temos apenas

testemunhado a pré-história" e que "o começo de uma autêntica história do desenvolvimento humano virá, na verdade com a abolição da alienação",⁸ conclui que a verdadeira tarefa do desenvolvimento consiste em abolir toda a alienação econômica, social, política e tecnológica, a qual corrói a sociedade capitalista contemporânea.

A questão de uma ética do desenvolvimento de que trata o texto do Professor Denis, apesar de ter-se tornado, como já se mencionou, um tema longa e tradicionalmente debatido, volta a ocupar, atualmente, uma posição de destaque, no cenário intelectual e político, particularmente, nos países do Primeiro Mundo. Grupos radicais como o "Unabomber", apelam para o terrorismo, como alternativa de se opor à sociedade robotizada, enquanto representantes do "Neoludismo" de diversas matizes, a exemplo de Kirkpatrick Sale e Neil Postman, proselitizam um final catastrófico para a humanidade, a continuar a desenfreada e selvagem corrida tecnológica e o seu potencial de exercer um tirânico controle sobre a manifestação de vontade dos indivíduos, tornando-os incapazes de refletir sobre os valores da sua própria condição humana e, portanto, transformando-os em meros instrumentos de seus propósitos e do próprio modelo econômico que lhe dá sustentação. Recentíssima reportagem da Folha de São Paulo ressalta uma pesquisa divulgada pela Revista "Newsweek", a qual indica que 55% da população adulta dos Estados Unidos, os chamados "Unplugged Americans", rejeitam a presença de computadores nos seus lares⁹.

O agravamento da crise que se sucedeu ao advento da tecnologia industrial e ao desenvolvimento das modernas teorias econômicas é um fato insofismável. A história do pensamento econômico tem demonstrado que não há muitas dúvidas, mesmo entre ferrenhos oponentes, acerca de quando, como e por

⁸ Ibid, p. 31.

⁹ Folha de São Paulo, Cad. Brasil, 12/11/95, p.15

⁷ "A New Discipline: Development Ethics", mimeogr., pp. 25-26.